

### Relatório da Administração

### Senhores Acionistas:

as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2009 montante de R\$ 24,6 milhões (R\$ 15,3 milhões, em 2008) e lucro líquido de R\$ 14,8 de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, e 2008, acompanhadas dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes milhões (R\$ 10,5 milhões, em 2008). Em atenção ao disposto nas Circulares SUSEP nº parceiros e segurados pela confiança depositada. Aos nossos profissionais, e do Comitê de Auditoria. A MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. 379/08 e nº 385/09, de 19 de dezembro de 2008 e 29 de junho de 2009, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos prestados. encerrou o primeiro semestre de 2009 com R\$ 98,1 milhões de prêmios retidos, respectivamente, a MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., com base 21,6% superiores aos registrados em junho de 2008. As provisões técnicas de nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter seguros tiveram incremento de 20,4% em relação a junho de 2008 e findaram capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na o semestre com o saldo de R\$ 64.8 milhões. Os ativos totais somaram rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação A Seguradora registrou no semestre lucro antes dos impostos e participações no segmentos em que a seguradora opera, promovendo constantes melhorias nos níveis

R\$ 217,6 milhões (crescimento de 12,1% em comparação a junho de 2008). A Administração prevê, para o segundo semestre de 2009, trajetória de crescimento nos

São Paulo, 24 de julho de 2009

### A Administração

7	Demonstrações do Resultado Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008	(Em milhares de exceto o lucro le por lote de mil a	íquido
8		2009	2008
7	Prêmios emitidos líquidos	97.344	85.414
4	Prêmios de resseguros cedidos	713	(4.706)
6	Prêmios retidos	98.057	80.708
3	Variações das provisões técnicas de prêmios	(753)	(255)
_	Variações da provisão de prêmio não ganho de resseguro	(48)	(233)
9	Prêmios ganhos	97.256	80.453
6	Sinistros retidos	(39.165)	(28.675)
4	Despesas de comercialização	(30.145)	(26.499)
6		`	*
8	Outras receitas e despesas operacionais	(586)	(4.674)
0	Despesas administrativas	(2.923)	(2.796)
_	Despesas com tributos	(2.753)	(2.377)
3	Resultado financeiro	3.020	(109)
6	Resultado patrimonial	(1)	(1)
6	Resultado operacional	24.703	15.322
1	Resultado não operacional	(70)	
3	Resultado antes dos impostos e participações	24.633	15.322
7	Imposto de renda	(6.143)	(3.820)
5	Contribuição social	(3.694)	(963)
0	Participações sobre o resultado	<u>(17</u> )	
3	Lucro líquido do semestre	14.779	10.539
	Quantidade de ações	95.763.156 195	.763.156
<b>3</b> 3	Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	75,49	53,84
1	Demonstrações dos Fluxos de Caixa Semestres findos em		7
<b>8</b> 8	30 de junho de 2009 e 2008	(Em milhares de	reais)
1	Atividades operacionais	2009	2008
7	Recebimentos de prêmios de seguros e outros	80.925	84.569
3	Recuperações de sinistros e comissões	2.190	2.973
9	Outros recebimentos operacionais		
	(salvados, ressarcimentos e outros)	22.000	20.693
	Pagamentos de sinistros	(44.932)	(49.983)
	Pagamentos de comissões	(24.933)	(28.486)
	Repasses de prêmios por cessão de riscos	(454)	(5.237)
	Pagamentos de despesas com operações	(101)	(0.207)
	de seguros e resseguros	(1.999)	(22.487)
	Pagamentos de despesas e obrigações	(1.616)	(8.866)
	Constituição de depósitos judiciais	(2.059)	(1.364)
	Pagamentos de participações nos resultados	(2.033)	(1.504)
	Caixa gerado (consumido) pelas operações	29.105	(0.100)
			(8.188)
	Impostos e contribuições pagos	(12.134)	(2.395)
	Juros pagos	_	(222)
			, ,
	Investimentos financeiros:	(= ( 00=)	
	Aplicações	(71.997)	(29.847)
	Aplicações Vendas e resgates	55.624	(29.847) 40.783
	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(29.847)
	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento	55.624	(29.847) 40.783
	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente:	55.624 <b>598</b>	(29.847) 40.783 <b>131</b>
	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos	55.624	(29.847) 40.783 <b>131</b> (8)
	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente:	55.624 <b>598</b>	(29.847) 40.783 <b>131</b> (8) (4)
-	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos	55.624 <b>598</b> (10)	(29.847) 40.783 <b>131</b> (8)
8	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos Imobilizado	55.624 <b>598</b>	(29.847) 40.783 <b>131</b> (8) (4)
<b>8</b>	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos Imobilizado Intangível	55.624 <b>598</b> (10)	(29.847) 40.783 <b>131</b> (8) (4) (1)
8	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos Imobilizado Intangível Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	55.624 598 (10) — — — (10)	(29.847) 40.783 131 (8) (4) (1) (13)
8	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos Imobilizado Intangível Caixa líquido consumido nas atividades de investimento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	55.624 598 (10) — (10) — (10) — 588	(29.847) 40.783 131 (8) (4) (1) (13)
8	Aplicações Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais Atividades de investimento Pagamento pela compra de ativo permanente: Investimentos Imobilizado Intangível Caixa líquido consumido nas atividades de investimento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	55.624 598 (10) - (10) - (10) - 588 1.470	(29.847) 40.783 131 (8) (4) (1) (13) 118 2.148

*"pro rata die"* e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, é realizada com base em cálculos atuariais que consideram a experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial (NTA). A provisão para insuficiência de prêmios - PIP, é calculada segundo nota técnica atuarial (NTA). Dos cálculos efetuados não resultou provisão a constituir em 30 de junho de 2009 e 2008. É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros à razão de 6% a.a. a débito da conta de "Despesas financeiras". são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de 1) Provisão complementar de prêmios: A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro A MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., tem como objetivo social acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP operar em seguros e cosseguros nos ramos de vida e elementares. A Seguradora integra o SISTEMA MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madri, Espanha. Os custos das estruturas base nos informes recebidos do IRB Brasil Resseguros S.A. As receitas e os outros deve ser calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência custos relacionados a apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 379/08 e pronunciamento NPC 22 - IBRACON. • Contingências Ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. n) Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que em um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas e risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. o) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (9% até abril de 2008) sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social apurados em semestres anteriores, são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável, e constituídos créditos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, conforme demonstrado na Nota 6a. Em consonância com as determinações da SUSEP, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais líquido ao valor recuperável. k) Provisões técnicas: As provisões técnicas são de imposto de renda e bases negativas de contribuição social são reconhecidos constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo contabilmente nos semestres em que são gerados, ajustados pela provisão para perdas

Balanços Patrimoniais Em 30 de junho d	e 2009 e 20	008		(Em milhares de	e reais)
ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	141.080	128.627	CIRCULANTE	82.037	70.607
Disponível	2.058	2.266	Contas a pagar	7.246	6.564
Caixa e bancos	2.058	2.266	Obrigações a pagar	864	476
Aplicações	45.163	41.272	Impostos e encargos sociais a recolher	406	283
Títulos de renda fixa	10.859	9.251	Encargos trabalhistas	38	200
Quotas de fundos de investimentos	34.248	31.963	Impostos e contribuições	5.803	4.439
Outras aplicações	56	58	Outras contas a pagar	135	1.366
Créditos das operações com seguros e resseguros	43.687	40.797	Débitos de operações com seguros e resseguros	7.026	7.594
Prêmios a receber	16.105	14.373	Prêmios a restituir	410	56
Operações com seguradoras	1.768	3.519	Operações com seguradoras	738	2.488
Operações com resseguradoras	13.379	225	Corretores de seguros e resseguros	5.835	5.050
Outros créditos operacionais	13.740	23.276	Outros débitos operacionais	43	-
(–) Provisão para riscos de créditos	(1.305)	(596)	Depósitos de terceiros	2.928	2.693
Títulos e créditos a receber	49.434	44.035	Provisões técnicas - seguros	64.837	53.756
Títulos e créditos a receber	48.267	42.689	Ramos elementares e vida em grupo	64.837	53.756
Créditos tributários e previdenciários	92	831	Provisão de prêmios não ganhos	2.314	1.081
Outros créditos	1.075	515	Provisão de sinistros a liquidar	45.382	37.033
Despesas antecipadas	109	-	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	10.094	8.537
Operacionais	2	_	Outras provisões	-	415
Administrativas	107	_	Provisão complementar de prêmios	7.047	6.690
Despesas de comercialização diferidas	519	257	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	27.183	22.263
Seguros e resseguros	519	257	Outros débitos	27.183	22.263
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	110		Provisões judiciais	27.183	22.263
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	110	_	Provisões fiscais	26.917	21.891
ATIVO NÃO CIRCULANTE	76.539	65.581	Provisões trabalhistas	266	372
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	74.463	63.484	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108.399	101.338
Aplicações	36.331	33.262	Capital social	19.518	19.518
Títulos de renda fixa	11.745	9.286	Aumento de capital (em aprovação)	68.841	68.841
Títulos de renda variável	284	284	Reservas de reavaliação	857	857
Quotas de fundos de investimentos	24.577	23.968	Reservas de lucros	4.404	1.583
Outras aplicações	9	8	Lucros acumulados	14.779	10.539
(-) Provisão para desvalorização	(284)	(284)			
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.225	4.225			
Prêmios a receber	4.225	4.225			
Outros créditos operacionais	2.524	2.524			
(-) Provisão para riscos de créditos	(2.524)	(2.524)			
Títulos e créditos a receber	33.907	25.997			
Títulos e créditos a receber	255	_			
Créditos tributários e previdenciários	13.992	12.034			
Depósitos judiciais e fiscais	19.660	13.963			
PERMANENTE	2.076	2.097			
Investimentos	1.994	1.986			
Participações societárias - financeiras	178	168			
Imóveis destinados à renda	2.131	2.131			
<ul><li>(-) Provisão para desvalorização</li></ul>	(243)	(243)			
(–) Depreciação	(72)	(70)			
Imobilizado	78	105			
Bens móveis	102	172		\	
Outras imobilizações	20	_			
(–) Depreciação	(44)	(67)			
Intangível	4	6			
Outros intangíveis	4	6			
TOTAL DO ATIVO	217.619	194.208	TOTAL DO PASSIVO	217.619	194.208
Barrana de Mada a a de Batria a de La Consta		,		/	

90.799
_
_10.539
101.338
93.620
14.779
108.399
e reais)
- d

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

Aumento de

## 1. Contexto Operacional

operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente

## 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros. As receitas e contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas, instituído pelas Circulares SUSEP nº 379/08 e nº 385/09, as principais alterações introduzidas por estas circulares foram nas provisões técnicas que passaram a ser contabilizadas pelo valor bruto de resseguro, em contrapartida foram reclassificadas para as contas de "Operações com resseguradoras" e "Despesas de resseguro e retrocessões diferidas" no ativo e "Receitas de comercialização diferidas" no passivo e às Demonstrações de Resultados, que introduziu alterações na classificação das contas e na forma da apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2008, anteriormente publicadas, foram reclassificadas segundo os novos critérios, para proporcionar melhor comparabilidade. Na elaboração das demonstrações financeiras de dezembro de 2008, a Seguradora adotou, pela primeira vez, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 por meio da Circular SUSEP nº 379/08. Em atendimento a esta legislação, os seguintes ajustes foram efetuados: i) substituição da DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos pela DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa e ii) reclassificação dos itens componentes do ativo diferido para o ativo intangível. As demais mudanças introduzidas pela referida Circular não geraram efeitos significativos. A Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC, cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07 por meio da Circular SUSEP nº 379/08, foi elaborada pelo método direto e sem a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme modelo estabelecido pela Circular SUSEP nº 379/08.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação como ativos garantidores. b) Estimativas contábeis: A determinação das estimativas contábeis levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; passivos atuariais; a mensuração dos títulos e valores mobiliários; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente. c) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • Títulos para negociação: • Títulos disponíveis para venda: e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são ajustados, na data do balanço, para seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são apropriados no resultado do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido 'Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de "Swap" e operações com opções são contabilizados pelo valor de mercado, de acordo com os seguintes critérios: • Operações de Swap - o diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço. • Operações com Opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo semestre da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização Financeiro (ANDIMA) e Tesouro Nacional

no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculadas com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura. As despesas de comercialização são diferidas despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzido dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos, cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial para prêmios, provisões técnicas, comissões sobre prêmios emitidos e despesas de comercialização diferidas. f) Provisão para riscos de créditos: A provisão para riscos de créditos é o valor calculado pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos, sendo calculada com base no percentual de perda histórica aplicados sobre a totalidade das apólices vencidas acima de 60 dias. g) Investimentos: O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. h) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, considerando os seguintes aspectos. • Os imóveis foram reavaliados em 1998, nos termos das Circulares SUSEP nºs 07/97 e 50/98, • De acordo com o Pronunciamento do CPC 13 - A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência dessa Lei, podem ser mantidas ou revertidas; e • As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados e veículos, e pelo período remanescente de vida útil dos bens imóveis reavaliados, tomando por base os laudos dos peritos independentes. i) Intangível: É composto por recursos aplicados no desenvolvimento de softwares e por gastos de desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 anos a partir da data de sua utilização, i) Redução do valor recuperável: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil

Reservas de lucros

(Em milhares de reais)

CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios prêmio retido correspondente ao período de					o do resultado: A	s receitas e despesas	são reconhecidas
4. Aplicações Financeiras				2009			2008
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil
I. Títulos para negociação	18.455	4.890	597	10.428	34.370	34.383	34.979
Certificados de depósitos bancários	_	_	_	_	_	_	3.016
Letras financeiras do tesouro	_	-	-	122	122	122	-
Fundos exclusivos							
Letras financeiras do tesouro	_	_	_	80	80	80	72
Opções de futuros (nota 14)	_	_	155	_	155	155	15
Over	18.376	-	_	_	18.376	18.389	11.692
Títulos da dívida agrária	79	4.868	415	10.226	15.588	15.588	19.525
Swap (Nota 14)		22	27		49	49	659
II. Títulos disponíveis para venda	_	4.865	5.872	8.341	19.078	19.083	14.576
Letras financeiras do tesouro - DPVAT		4.865	5.872	8.341	19.078	19.083	14.576
III. Títulos mantidos até o vencimento				27.981	27.981	29.200	24.913
Certificados de depósitos bancários	_	_		3.404	3.404	3.404	_
Notas do tesouro nacional	_	-	-	_	_	_	945
Fundos exclusivos							
Notas do tesouro nacional	_	_	_	24.577	24.577	25.796	23.968
Total geral	18.455	9.755	6.469	46.750	81.429	82.666	74.468

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimentos Financeiros foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimentos nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. não-exercício. e) Prêmios de seguros, cosseguros e despesas de comercialização: Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Nacional das Instituições do Mercado

### MARES - MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S.A. CNPJ N° 87.912.143/0001-58

g)

capitalização

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

cosseguros

(Em milhares de reais)/

**Empresas** MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A. MAPFRE Capitalização S.A.

			2009			Decree
Débitos diversos a pagar - outros	Créditos diversos a receber - outros	Prêmios de cosseguros	Recuperação de sinistros	Receitas com comissões	Recuperação de despesas administrativas	Despesas com planos de capitalização
(13)	740	(132)	3	62	85	_
`	10	`	-	-	-	(12)

de sinistros

Créditos Débitos diversos a diversos a Empresas MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A. pagar - outros receber - outros (1.776)1.300

A Seguradora utiliza estrutura administrativa-operacional comum com outras empresas 2000, com pretensos créditos originados de recolhimentos de contribuições ao PIS, do Grupo MAPFRE no Brasil. As despesas incorridas com essa estrutura são rateadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas. a) Remuneração do pessoal-chave da administração: É estabelecido anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social e estão sendo divulgados na Demonstração Financeira da líder do Grupo, MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., controladora da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras Informações: i) Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência e sociedades de capitalização, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus côniuges e respectivos parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares

Participação Acionária: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da As provisões constituídas são calculadas com base na estimativa de êxito informada Seguradora, não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na pelos advogados e com base nas perdas históricas avaliadas pela Administração. Seguradora em 30 de junho de 2009 e 2008

o. Creditos iributarios e i revidenci
Composição dos créditos tributários

Composição dos orcanos inbatarios			
		2009	2008
Circulante			
Imposto de renda - antecipações		_	633
Contribuição social - antecipações		_	112
Retenções da administração pública federal		92	86
Total		92	831
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda - adições temporárias	(a)	5.222	3.894
Imposto de renda - prejuízo fiscal	(b)	2.168	2.168
Contribuição social - adições temporárias	(a)	3.133	2.336
Contribuição social - base negativa	(b)	_	298
Contribuição social - MP 2.158-35/01 Art. 8°	(c)	562	562
Créditos de PIS		2.530	2.410
Outros		377	366
Total		13.992	12.034
(a) Refere-se a crédito fiscal constituído sob	re o sald	o <del>das ad</del> içõe	s temporárias
existentes em 30 de junho de 2009 e 2008, calcu	lados à alío	uota de 25% r	oara o Imposto

de Renda e 15% para a Contribuição Social. (b) A Seguradora obteve liminar e rubrica "Provisões trabalhistas" no passivo não circulante no montante de R\$ 266 (R\$ 15%. Conforme previsto na IN SRF nº 810/08, aplicamos a alíquota complementar de compensou o imposto de renda e a contribuição social a pagar com prejuízos fiscais e 372 em 2008), cujos processos são avaliados pela Administração que considera os 6% sobre o lucro ajustado na forma da legislação vigente nos meses de maio e junho/08. bases negativas de contribuição social acumuladas até 1994, sem observar o limite de 30%. Os valores dos créditos referem-se ao valor do principal devido sobre o excedente da compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. (c) Refere-se a crédito fiscal de contribuição social decorrente de bases negativas e adicões temporárias anteriores a 1998, calculados pela alíquota de 18%, compensáveis com débitos da mesma contribuição, nos termos do artigo 8º da Medida Provisória relativo à rescisão por quebra de contrato e valores de seguros não repassados. 2.158-35/01.

### 7. Provisões Judiciais 7.1) Provisões fiscais

Ramos de atuação

Créditos domésticos

e risco comercial

Fiança locatícia

Vida em grupo

Prestamistas

DPVAT

Demais

Total

As provisões constituídas são calculadas com base na estimativa de êxito informada

pelos advogados e com base nas perdas nisto	ricas avaiiad	as pela Adminis	straçao.
		2009	2008
Compensação de IRPJ e CSLL	(a)	7.085	6.432
Compensação da COFINS com o PIS	(b)	5.504	5.421
PIS sobre ramo habitacional	(c)	488	759
COFINS	(d)	13.626	9.065
Outras contingências fiscais		214	214
Total		26.917	21.891
(a) A Seguradora obteve liminar e compensou o	imposto de	renda e a contr	ibuição social

a pagar com prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumuladas até D 1994. sem observar o limite de 30%. Os valores provisionados referem-se ao valor do N principal devido e a variação da taxa SELIC apurada sobre o excedente da C compensação. Os advogados responsáveis avaliam a possibilidade de perda desse processo como provável, visto que já houve jurisprudência contrária em processos similares. (b) Com base em autorização judicial obtida em primeira instância, a Seguradora compensou débitos de COFINS do período de maio de 1999 a novembro de N 8. Detalhamento por Ramo das Provisões Técnicas e Despesas de Comercialização Diferidas - Seguros

Provisão

de prêmios

não ganhos

2008

1.081

1.081

2009

2.314

2.314

Prêmios de	Recuperação	Receitas		Recuperação de despesas	Despesas com planos de
	2008				
_	_		_	_	(12)
(102)	0	,	<i>J</i> _	00	_

com comissões

administrativas

referentes ao período de 1994 a 1996, recolhimentos os quais entende serem inconstitucionais. Em março de 2007, conforme orientação de seu corpo jurídico, a Seguradora decidiu depositar judicialmente referidas importâncias em ação própria onde discute a exigibilidade da COFINS. (c) A Seguradora pediu o reconhecimento creditório em processo administrativo junto à Receita Federal das contribuições recolhidas ao PIS sobre receitas do ramo Habitacional, efetuados no período de 1996 a 1998. Sobre o referido direito creditório compensou débitos indevidos de COFINS e PIS. Os valores compensados estão sendo mantidos provisionados em conta de contingências fiscais, e estão sendo atualizados pela variação da taxa SELIC até o ulgamento definitivo do processo. (d) Em 2005, a Seguradora obteve liminar para depositar judicialmente a contribuição para a COFINS enquanto aguarda a decisão O resultado fiscal do semestre foi apurado como segue: judicial sobre a exigência do tributo. Os valores dos depósitos foram contabilizados no ativo, tendo sido constituída a provisão para contingência no mesmo montante. Atualmente os Advogados responsáveis classificam como provável o risco de exigência da COFINS sobre as receitas provenientes do faturamento; já o montante incidente sobre as outras receitas o risco é avaliado como remoto, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE n°s 346.084/PR, 390.840/MG, 357.950/RS e 358.273/RS).

### 7.2) Provisões de sinistros e trabalhistas

		2009			2008			
		Valor			Valor			
Chances	Valor	provi-	Quant.	Valor	provi-	Quant.		
de ocorrência	reclamado	sionado	de ações	reclamado	sionado	de ações		
Sinistros: (a)								
Provável	254	214	34	480	480	21		
Possível	8.541	2.680	343	2.601	2.601	363		
Remota	918	877	48	146	146	16		
Trabalhistas: (b)								
Provável	229	216	2	_	-	-		
Possível	116	50	3	336	336	6		
Remota	339	_	8	36	36	6		
(a) A Segurador	a possui reg	gistros de	provisão p	ara perdas e	em proces	ssos cíveis		
contabilizados na	rubrica da "S	inietroe a li	auidar" no n	ontante de R	\$ 3 205 (R	\$ 3 227 am		

contabilizados na rubrica de "Sinistros a liquidar" no montante de R\$ 3.295 (R\$ 3.227 em 2008), líquidos de cosseguros cedidos e resseguro, cujos processos são avaliados pela Administração que considera os riscos envolvidos e constitui provisão em montante A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio/08 (9% considerado adequado. (b) Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na até abril/08). (b) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido passou a ser de riscos envolvidos e constitui provisão em montante considerado adequado.

7.4) Movimentação

A Seguradora possui um processo de cobrança judicial, no qual está pleiteando o recebimento do montante de R\$ 34.170, suportado por contratos entre as partes, Conforme Circular SUSEP nº 379/08, eventuais ganhos provenientes desse assunto serão contabilizados somente se e quando houver, o trânsito em julgado favorável à Seguradora. Desta forma, o valor de R\$ 34.170, não está registrado em 30 de junho de 2009. Adicionalmente, o processo de cobrança também contempla faturas já emitidas relativas a serviços já prestados, baseados em contrato entre as partes, no montante de R\$ 4.225 que estão registrados na rubrica "Créditos das operações de seguros e resseguros" no realizável a longo prazo. Considerando as negociações em andamento e o processo como um todo, não são esperadas perdas no recebimento destes valores, motivo pelo qual não foi constituída provisão para perdas.

Provisões Judiciais					
Sinistros	Trabalhista	Fiscais			
3.321	351	24.563			
646	_	3.439			
(196)	(85)	(1.546)			
_	_	461			
3.771	266	26.917			
	3.321 646 (196)	Sinistros         Trabalhista           3.321         351           646         -           (196)         (85)           -         -			

Provisão Despesas de de sinistros Provisão comercialização ocorridos mas complementar não avisados de prêmios diferidas 2008 2009 2008 2009 2008 2009 3.949 2.240 940 4.246 5.537 2.141 2.641 2.545 46 60 48 17 519 318 66 119 46 1.939 5.409 60 7.047 6.690 519 10.094 8.537 257

2009

62,428

2008

49.919

9. Cobertura das Provisões Técnicas	b) Sinistros retidos		
Provisão técnicas - seguros Exclusões:	2009 64.837	2008 53.756 Indenizações avisadas Despesas com sinistros	
Provisões técnicas - Resseguro e retrocessão Provisões retidas pelo IRB	(1.329) (66)	(2.450) Recuperação de sinistros (66) Ressarcimentos	
Depósitos judiciais  Total de exclusões:	(1.207) (2.602)	(1.207) Variação das provisões de sinistros ocorridos mas não avisado (3.723)	
Total a ser coberto Ativos garantidores Aplicacões:	62.235	<u>50.033</u> c) Despesas de comercialização Comissões Recuperação de comissões	
Títulos privados de carteira própria Total de aplicações:	78.024 78.024	74.468 Outras despesas de comercialização  74.468 Variação das despesas de comercialização diferidas  24.435	
Ativos livres	15.789	d) Outras receitas e (despesas) operacionais	

Sinistros

a liquidar

2008

4.072

12.304

13.241

4.093

3.262

37.033

2009

7.816

13.001

17.483

228

3.687

3.167

45.382

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP é de R\$ 19.518 e está representado por 195.763.156 ações sem valor nominal, sendo 126 089 567 ações ordinárias e 69 673 589 ações preferenciais. Encontra-se em fase de homologação pela SUSEP o aumento de capital no montante de R\$ 68.841. b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido no estatuto social. Não foram provisionados dividendos por inexistir intenção de distribuição. c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. d) Reservas estatutárias: Conforme previsto no artigo 29º do estatuto social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e à distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias, até o limite do capital social

## ento de Contas da Demonstração de Resultado

	. Detainan	ento de	9 0	untas	ua
a)	Principais	ramos	de	atuaç	ão

u)			Percentual				
	Prêmios	ganhos	Sinistra	alidade	Despe comerci difer	alização	
Ramos de atuação	2009	2008	2009	2008	2009	2008	
Fiança locatícia	1.438	211	41,2	62,1	29,5	89,6	
Créditos domésticos							
e riscos comerciais	31.238	22.101	53,8	55,2	37,4	52,1	
Prestamistas	48.245	44.956	14,3	12,5	36,3	31,3	
DPVAT	15.675	11.663	89,5	83,8	1,5	0,8	
VG/APC	277	1.102	324,9	87,0	48,4	44,1	
Demais ramos	383	420	(15,7)	(6,9)	37,5	33,4	
	97.256	80.453	40,3	35,6	31,0	32,9	
Conselho da Adm	inistração	·					

Despesas com sinistros	2.059	2.824
Recuperação de sinistros	(1.140)	(14.173)
Ressarcimentos	(28.881)	(12.183)
Variação das provisões de sinistros ocorridos mas não avisa	ados 4.699	2.288
	39.165	28.675
Despesas de comercialização		
Comissões	29.013	27.923
Recuperação de comissões	(63)	(1.321)
Outras despesas de comercialização	1.206	38
Variação das despesas de comercialização diferidas	(11)	(141)
	30.145	26.499
Outras receitas e (despesas) operacionais	<del></del>	
Receitas		
Recuperação de despesas	56	29
Com DPVAT	1.295	8
Outras receitas com operações de seguros	109	42
	1.460	79
Despesas		
Com apólices	16	-
Com cobranças	432	350
Lucros atribuídos	186	986
Provisão para riscos de créditos	9	1.209
Com DPVAT	320	314
Com cartórios	510	1.888
Outras despesas com seguros	573	-
Outras	_	6
	2.046	4.753
	(586)	(4.674)
Despesas administrativas		

Outras	_	6
	2.046	4.753
	(586)	(4.674)
e) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	486	709
Serviços de terceiros	1.359	933
Localização e funcionamento	74	92
Depreciação e amortizações	5	15
Publicações	127	79
Donativos e contribuições	9	198
Despesas administrativas diversas	(41)	121
Despesas com DPVAT	1.428	934
Recuperação despesas compartilhadas		
(rateio de despesas administrativas)	(524)	(285)
	2.923	2.796

		/
Despesas com tributos	2009	2008
Impostos federais	32	9
COFINS	2.147	1.854
PIS	347	301
Taxa de fiscalização	213	213
Outros	14	_
	2.753	2.377
Resultado financeiro		
Receitas		
Com títulos de renda fixa privados	3.227	3.167
Com títulos de renda fixa públicos	2	263
Com operações de seguros	935	587
Outras receitas financeiras	223	263
	4.387	4.280
Despesas		
Com títulos de renda fixa	3	5
Com operações de seguros	1.148	913
Outras (*)	_	3.199
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	216	222
Com impostos e contribuições		50
	1.367	4.389
Total	3.020	(109)
Juros referente à rescisão contratual.		

### 12. Imposto de Renda e Contribuição Social

		Imposto		Contribuição	
		de Renda		Social	
		2009	2008	2009	2008
Resultado antes dos impostos e participaço	ões	24.633	15.322	24.633	15.322
Participações no resultado		(17)		(17)	
Resultado ajustado		24.616	15.322	24.616	15.322
Adições/exclusões temporárias:					
Provisão para contingências trabalhistas		(85)	10	(85)	10
Provisão para devedores duvidosos		_	1.890	_	1.890
Provisão para riscos sobre outros créditos		9	(680)	9	(680)
Provisão para contingência COFINS		2.137	1.918	2.137	1.918
Provisão para contingência IRPJ		122	(63)	122	(63)
Provisão para contingência CSLL		38	35	38	35
Provisão PIS seguro habitacional		57	64	57	64
Adições/exclusões permanentes:					
Donativos e contribuições		2	113	2	113
Lucro fiscal do semestre		26.896	18.609	26.896	18.609
Total de impostos do semestre	(a)	(6.712)	(5.241)	(4.035)	(1.433)
Diferencial de 6% da alíquota da CSLL	(b)	_	-	_	(940)
Tributos sobre adições temporárias		569	1.321	341	1.410
Incentivos fiscais					
Incentivo à cultura		-	80	-	_
Incentivo ao desporto			20		
Total dos impostos		(6.143)	(3.820)	(3.694)	(963)
(a) O imposto de renda foi calculado à alíquota	a de	15% mais	s adiciona	l de 10%	do lucro

tributável que excede à parcela de R\$ 120 no semestre (R\$ 240 no exercício).

### 13. Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e Margem de Solvência

	2009	2008
Patrimônio líquido	108.399	101.338
(-) Participações societárias em empresas financeiras	(178)	(168)
(-) Despesas antecipadas	(109)	_
(–) Créditos tributários	_	(298)
(–) Intangível	(4)	(6)
(=) Patrimônio líquido ajustado	108.108	100.866
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	37.320	32.975
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	19.686	12.130
Margem de solvência (a)	37.320	32.975
Capital Base - CB	15.000	14.580
Capital Adicional de Subscrição - CAS	29.570	14.265
Capital Mínimo Requerido CMR (b)	44.570	28.845
Patrimônio líquido ajustado	108.108	100.866
(-) Exigência de Capital - EC maior entre (a) ou (b)	44.570	32.975
Suficiência de Capital	63.538	67.891
Suficiência de Capital (% da EC)	142,56%	205,89%

A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido - CMR, considerando a data-base de 30 de junho de 2009 e 2008, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos anexos III, IV, V e VI da Circular SUSEP nº 355/07, na forma divulgada na Resolução CNSP nº 158/06, apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido

## 14. Instrumentos Financeiros Derivativos

30 de junho de 2009 e 2008, a Segurac DI, cujos valores referenciais totalizavam R\$ 1.086 (R\$ 1.494 em 2008) e contratos de Swap-Dólar x CDI e IGPM x CDI no montante de R\$ 5.385 (R\$ 17.716 em 2008). O diferencial a receber dos contratos de "Swap" em 30 de junho é de R\$ 48 (R\$ 659 em 2008) e os prêmios a receber de opções de futuros é de R\$ 155 (R\$ 15 em 2008). Os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos de futuros são liquidados diariamente. O Grupo MAPFRE utiliza o mercado de derivativos para realizações de operações ativas e para proteção (hedge), visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos freqüentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feita de forma ativa e constante, com políticas rígidas de controle, estratégias previamente estabelecidas e aprovadas de acordo com as políticas de investimento adotadas pelo conglomerado MAPFRE no Brasil. Os limites são sempre pré-determinados, ou seja, todas as operações são submetidas a uma rigorosa análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo que após o início das posições passamos a utilizar a política de "Value at Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos "Mark to Market" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DTVM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANDIMA e BM&F para cálculos e precificação através das metodologias convencionais e comumente aceitas pelo mercado e de acordo com o código de auto-regulação da ANBID. A área de risco da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador, a fim de se consolidar os resultados obtidos. As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, na CETIP -Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado

## 15. Planos de Previdência Complementar

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos colaboradores, que é administrado pela MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o semestre totalizaram R\$ 3 (R\$ 23 em 2008).

## 16. Outras Informações

a) Outros créditos operacionais no ativo circulante, no valor de R\$ 13.740 (R\$ 23.276 em 2008), referem-se principalmente a adiantamentos por conta de agenciamento. b) Títulos e créditos a receber no ativo circulante, no valor de R\$ 48.267 (R\$ 42.689 em 2008), referem-se, principalmente, a créditos a receber decorrentes de recuperação e ressarcimentos de sinistros. c) Participações societárias no valor de R\$ 178 no grupo de investimentos, refere-se à participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. d) Corretores de seguros e resseguros no passivo circulante, no valor de R\$ 5.835 (R\$ 5.050 em 2008), referem-se basicamente a comissões sobre prêmios emitidos. e) Conforme permite o artigo 14º da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004, o comitê de auditoria foi criado na líder do Grupo, MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., cujo resumo do relatório do comitê de auditoria está sendo publicado em conjunto com as demonstrações financeiras da MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., que também abrange as operações da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.

Presidente ANTONIO CÁSSIO DOS SANTOS ELVIRA LEÃO PALUMBO HÉLIO ZYLBERSTAJN

Conselheiros LAJOSE ALVES GODINHO MÁRIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI MAURO CÉSAR BATISTA

**RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA** SIMÃO DAVI SILBER

Diretoria

Diretor Presidente ANTONIO CÁSSIO DOS SANTOS

**Diretores Vice-Presidentes** MARCOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA WILSON TONETO

Diretores ANTONIO FERNANDO SIQUEIRA RODRIGUES ARTUR LUIZ SOUZA DOS SANTOS **CARLOS ALBERTO LANDIM** 

Contador **CARLOS ALBERTO LANDIM** CRC-1SP185339/O-0

WWW.MAPFRE.COM.BR

Atuário **DUARTE MARINHO VIEIRA** MIBA nº 1112



# MARES - MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S.A. CNPJ N° 87.912.143/0001-58

### Parecer dos Auditores Independentes

Αo

Administradores e Acionistas da

MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.

- São Paulo 1. Examina
- 1. Examinamos os balanços patrimoniais da MARES MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. em 30 de junho de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tornadas em conjunto.
- 3. A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios PCP, conforme divulgado na Nota 3l. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como conseqüência do registro da PCP o patrimônio líquido em 30 de junho de 2009 está subavaliado em R\$ 6.986 mil, líquido de resseguro (R\$ 3.867 mil líquido dos efeitos tributários) e o resultado do semestre findo naquela data está avaliado a menor em R\$ 568 mil (R\$ 314 mil líquido dos efeitos tributários) respectivamente.
- **4.** Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da contabilização da Provisão Complementar de Prêmios mencionados no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. em 30 de junho de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Conforme mencionado na Nota 7.3, em 30 de junho de 2009, existem prêmios a receber no montante de R\$ 4.225 mil, registrado na rubrica "créditos das operações de seguros e resseguros" no Realizável a Longo Prazo que estão em processo de cobrança judicial. A realização deste saldo depende do resultado das negociações em curso e/ou da conclusão do processo judicial de cobrança.

São Paulo, 14 de agosto de 2009



Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Grégory Gobetti Contador CRC-1PR039144/O-8"S"-SP